

Saepar Serviços e Participações S.A.
CNPJ 03.979.930/0001-27



Relatório da Diretoria

Prezados Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2016. A Companhia apresentou lucro de R\$378 milhões, frente a um lucro de R\$523,2 milhões em 2015. Rio de Janeiro, 23 de março de 2017. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
(em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante		77.340	210.516
Disponível	5	154	154
Caixa e bancos	–	154	154
Aplicações financeiras	6	11.726	98.038
Aplicações financeiras	–	11.726	98.038
Títulos e créditos a receber	7	65.460	112.324
Títulos e créditos a receber	–	3.181	5.590
Dividendos a receber	–	53.291	100.698
Créditos tributários e previdenciários	8.1	8.798	4.338
Outros créditos a receber	–	190	1.698
Ativo não circulante	–	2.459.066	3.099.029
Realizável a longo prazo	–	10.913	10.593
Títulos e créditos a receber	7	10.913	10.593
Créditos tributários e previdenciários	8.1	1.714	2.056
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	9.199	8.537
Investimentos	–	2.446.828	3.086.218
Participações societárias	9	2.431.593	3.071.380
Agio	9	14.509	14.509
Outros investimentos	–	92	329
Propriedade para investimento	–	634	–
Imobilizado	–	839	1.394
Intangível	–	486	824
Software	–	1.832	2.731
Amortização acumulada	–	(1.346)	(1.907)
Total do ativo		2.536.406	3.309.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
(em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
Receita líquida	14.1	38.024	44.204
Resultado de equivalência patrimonial	9	360.758	498.385
Outras receitas e despesas	–	(19.810)	(9.575)
Despesas operacionais	–	(1.364)	(7.822)
Despesas administrativas	14.2	(12.474)	(16.838)
Despesas com tributos	–	(9.464)	(12.177)
Receitas financeiras	14.3.1	4.631	3.143
Despesas financeiras	14.3.2	(681)	(658)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	–	(338)	24.541
Outras	–	(120)	236
Resultado antes de impostos e contribuições	–	378.972	533.014
Imposto de renda	15	(705)	(6.989)
Contribuição social	15	(293)	(2.758)
Lucro líquido do exercício	–	377.974	523.267
Quantidade de ações	–	2.776	3.989
Lucro líquido por ação	–	136,16	131,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015								
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)								
	Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	(Ágio)/Deságio em transação de capital	Total da reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial
Saldos representados em 01/01/2014	1.479.064	(21.016)	(21.016)	101.567	1.274.708	1.376.275	–	(27.204)
Aumento de capital com Juros sobre capital próprio conforme aprovado pela AGE de 15/04/2015	24.942	–	–	–	–	–	–	–
Reversão de reserva estatutária - efeito reapresentação combinação de negócio (nota 2.2)	–	–	–	–	(5.843)	(5.843)	–	5.843
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	(32.128)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	523.267
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	–	–	–	26.456	–	26.456	–	(26.456)
Reserva estatutária	–	–	–	–	343.816	343.816	–	(343.816)
Dividendos obrigatórios antecipados e pagos - R\$2,74 por ação ON conforme RD aprovados em 11/05/2015	–	–	–	–	–	–	–	(10.914)
Dividendos adicionais antecipados e pagos - R\$3,24 por ação ON conforme RD aprovados em 11/05/2015 e 09/11/2015	–	–	–	–	–	–	–	(12.924)
Juros sobre capital próprio - R\$33,84 por ação ON	–	–	–	–	–	–	–	(135.000)
Saldos em 31/12/2015	1.504.006	(21.016)	(21.016)	128.023	1.612.681	1.740.704	–	(59.332)
Transações de capital	–	(4.572)	(4.572)	–	–	–	–	4.572
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 29/04/2016	197.698	–	–	–	(197.698)	(197.698)	–	–
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria conforme AGE do dia 31/08/2016	–	–	–	–	–	–	(1.009.261)	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	48.303
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	377.974
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	–	–	–	18.899	–	18.899	–	(18.899)
Reserva estatutária	–	–	–	–	215.375	215.375	–	(215.375)
Dividendos intercalares imputados aos dividendos obrigatórios antecipados e pagos - R\$4.763,09 por ação ON conforme RCA aprovados em 11/04/2016	–	–	–	–	–	–	–	(19.000)
Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e rerratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$10.700 à razão de R\$2.682,42 por ação, pago aos acionistas em 13/05/2016 por ação.	–	–	–	–	–	–	–	(10.700)
Juros sobre o capital próprio, conforme ATA de RD do dia 31/03/2016, sendo R\$5.013,78 por ação ON	–	–	–	–	–	–	–	(20.000)
Juros sobre o capital próprio, conforme ATA de RD do dia 19/12/2016, sendo R\$33.861,67 por ação ON	–	–	–	–	–	–	–	(94.000)
Saldos em 31/12/2016	1.701.704	(25.588)	(25.588)	146.922	1.630.358	1.777.280	(1.009.261)	(6.457)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015		
(em milhares de reais)		
	2016	2015
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	378.972	533.014
Mais		
Depreciações e amortizações	780	1.032
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	655	461
Outros	465	–
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(360.758)	(498.385)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(680)	(637)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(220)	(281)
Lucro na Venda de Investimentos	–	(28.095)
Outros	–	(232)
Atividades operacionais		
Varição de aplicações financeiras	86.311	(81.215)
Varição de títulos e créditos a receber e outros ativos	29.038	68.621
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	72.557	83.489
Varição de contas a pagar e outros débitos	(27.042)	(40.482)
Outros	–	29
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.552)	(2.230)
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(14.813)	(19.632)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	157.713	15.457
Atividades de investimento		
Compra e venda de participações societárias		
Compra	(513)	(2.230)
Venda	–	82.596
Compra de imóveis para renda e ativos intangíveis		
Compra	–	(639)
Caixa líquido gerado(consumido) nas atividades de investimentos	(513)	79.727
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(157.200)	(95.130)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(157.200)	(95.130)
Aumento no caixa	–	54
Caixa no início do exercício	154	100
Caixa no fim do exercício	154	154
Aumento no caixa	–	54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
(em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
Lucro líquido do exercício	–	377.974	523.267
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido	–	19	–
Efeitos fiscais	–	(8)	–
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	–	(1)	(27)
Efeitos fiscais	–	1	9
Ganhos / (perdas) de variação de participação acionária	9	4.011	2.532
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	44.281	(34.642)
Transação de capital	–	4.572	–
Componentes do resultado abrangente	–	52.875	(32.128)
Resultado abrangente do exercício	–	430.849	491.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015	
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)	
1. Contexto operacional: A SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragóiti Lucas, nº121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América S.A., denominada “SASA” A SASA, controladora da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 22/02/2017 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/03/2017. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como disponíveis para venda e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. Mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Investimentos - participações societárias: Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em	
controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado em investimentos; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.4. Redução ao valor recuperável: 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados. 3.4.2. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de valores não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 01 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.7. Provisões para ações judiciais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados que patrocinam as causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, estão contabilizados no passivo não circulante, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Contas a pagar - obrigações a pagar”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.8. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.9. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras, o registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e a constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. 3.10. Normas emitidas e revisadas: 3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser	

continua

continuação

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; e • Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016:** • IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Reconhecimento de ativo fiscal diferido/crédito fiscal para perdas a realizar (aditamentos ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2017; e • Melhorias anuais às normas internacionais (IFRS), ciclo de 2014 – 2016 – Em vigor a partir de 01/01/2018. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que a Companhia ainda não concluiu as suas análises. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR) de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress tests são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2016 e 2015.

2016									
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações Financeiras	10.293	–	85	1.349	–	11.727	11.726	(1)	11.726
Valor justo por meio do resultado	10.293	–	–	–	–	10.293	10.293	–	10.293
Disponível para venda	–	–	85	1.349	–	1.434	1.433	(1)	1.433
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	53.291	–	–	–	–	53.291	53.291	–	53.291
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	79.900	–	–	–	–	79.900	79.900	–	79.900

2015									
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de 02 anos até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações Financeiras	97.653	–	–	333	52	98.038	98.038	–	98.038
Valor justo por meio do resultado	97.653	–	–	–	–	97.653	97.653	–	97.653
Disponível para venda	–	–	–	333	52	385	385	–	385
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	100.698	–	–	–	–	100.698	100.698	–	100.698
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	110.500	–	–	–	–	110.500	110.500	–	110.500

4.2. Risco de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. A carteira da Companhia é composta por títulos públicos e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha. **5. Disponível:** Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2016		2015	
Caixa e bancos		154		154
Total		154		154

6. Aplicações financeiras:

6.1. Composição das aplicações financeiras:

2016						
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	1.434	1.433		1.433
Letras financeiras do tesouro	–	–	1.434	1.433	SELIC	1.433
Cotas de fundos de investimentos	10.293	10.293	–	–		10.293
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	10.293	10.293	–	–		10.293
Total	10.293	10.293	1.434	1.433		11.726
Percentual total contábil		87,78%		12,22%		100,00%
Circulante						11.726

2015						
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	385	385		385
Letras financeiras do tesouro	–	–	385	385	SELIC	385
Cotas de fundos de investimentos	97.653	97.653	–	–		97.653
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	97.653	97.653	–	–		97.653
Total	97.653	97.653	385	385		98.038
Percentual total contábil		99,61%		0,39%		100,00%
Circulante						98.038

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total		
	Saldo em 01/01/2015	Aplicações	Rendimentos resgate	Principal resgate		Resultado financeiro	Ajuste no patrimônio líquido
	4.583	12.268	16.851				
Aplicações	146.951	1.203	148.154				
Rendimentos resgate	(1.099)	(1.490)	(2.589)				
Principal resgate	(53.979)	(12.124)	(66.103)				
Resultado financeiro	1.197	555	1.752				
Ajuste no patrimônio líquido	–	(27)	(27)				
Saldo em 31/12/2015	97.653	385	98.038				

2016							
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Total		
	Saldo em 31/12/2015	Aplicações	Rendimentos resgate	Principal resgate		Resultado financeiro	Ajuste no patrimônio líquido
	97.653	385	98.038				
Aplicações	43.481	4.830	48.311				
Rendimentos resgate	(2.842)	(124)	(2.966)				
Principal resgate	(130.845)	(3.808)	(134.653)				
Resultado financeiro	2.846	151	2.997				
Ajuste no patrimônio líquido	–	(1)	(1)				
Saldo em 31/12/2016	10.293	1.433	11.726				

6.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Em 2016 e 2015 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1**: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2**: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3**: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1 - Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; e **Nível 2 - Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição			Nível 1	Nível 2	2016				
Ativos financeiros			–	10.293	10.293				
Valor justo por meio do resultado			1.433	–	1.433				
Disponível para venda			1.433	10.293	11.726				
2015									
Descrição			Nível 1	Nível 2	Total				
Ativos financeiros			–	97.653	97.653				
Valor justo por meio do resultado			385	–	385				
Disponível para venda			385	97.653	98.038				
7. Títulos e créditos a receber:									
Descrição			2016	2015					
Créditos tributários e previdenciários (nota 8)			10.512	6.394					
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber			53.291	100.698					
Depósitos judiciais e fiscais (nota 12)			9.199	8.537					
Outros			3.371	7.288					
Total			76.373	122.917					
Circulante			65.460	112.324					
Não circulante			10.913	10.593					
8. Créditos e débitos tributários diferidos: A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquidos dos débitos tributários. 8.1. Créditos tributários e previdenciários:									
Descrição			2016	2015					
Tributos a compensar / recuperar (nota 8.2)			9.632	5.171					
Créditos tributários (nota 8.3)			1.776	1.886					
Débitos tributários (nota 8.3)			(896)	(663)					
Total			10.512	6.394					
Circulante			8.798	4.338					
Não circulante			1.714	2.056					
8.2. Tributos a compensar / recuperar:									
Descrição			2016	2015					
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ			6.941	3.274					
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL			2.425	1.007					
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			220	735					
Outros			46	155					
Total			9.632	5.171					
Circulante			8.798	4.338					
Não circulante			834	833					
8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.									
Descrição	Saldo em 01/01/2015	Consti-tuição	Realização/ baixa	Saldo em 31/12/2015					
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	704	208	(61)	851					
Participações nos lucros	67	22	(67)	22					
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	771	230	(128)	873					
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	4.106	–	(3.093)	1.013					
Total dos créditos tributários	4.877	230	(3.221)	1.886					
Atualizações de depósitos judiciais	(452)	(211)	–	(663)					
Ganho de ajuste a valor de mercado	(9)	(1)	10	–					
Total dos débitos tributários	(461)	(212)	10	(663)					
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	4.416	18	(3.211)	1.223					

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Consti-tuição	Realização/ baixa	Saldo em 31/12/2016
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	851	223	–	1.074
Participações nos lucros	22	19	(22)	19
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	873	242	(22)	1.093
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	1.013	–	(330)	683
Total dos créditos tributários	1.886	242	(352)	1.776
Atualizações de depósitos judiciais	(663)	(226)	–	(889)
Ganho atuarial com plano de pensão de benefício definido	–	(7)	–	(7)
Total dos débitos tributários	(663)	(233)	–	(896)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	1.223	9	(352)	880

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios, quanto aos valores de prejuízo fiscal e base negativa o orçamento aprovado prevê utilização integral no ano de 2017. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos. As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	24.021	6.006
Diferenças temporárias - CSLL	21.883	1.969
Total	45.904	7.975

9. Participações societárias: Em 31/12/2016, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguros Gerais	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Cival Reinsurance Company Ltd.	Total
	de Seguros	de Seguros	de Seguro Saúde	Reinsurance Company Ltd.	
Saldo em 01/01/2015	2.610.236	6.986	163.414	401	2.781.037
Aumento de capital (c) (d) (e) (f)	31.443	44.863	4.503	93	80.902
Cisão parcial (e)	(42.726)	–	–	–	(42.726)
Baixa de investimento (g)	–	(54.501)	–	–	(54.501)
Ganho (perda) de capital	2.233	–	299	–	2.532
Dividendos e juros sobre capital próprio	(129.256)	–	(15.838)	–	(145.094)
Equivalência patrimonial (a)	460.222	2.887	35.404	(128)	498.385
Variação cambial	–	–	–	232	232
Ajustes de avaliação patrimonial	(31.771)	1	(2.872)	–	(34.642)
Outros ajustes	–	(236)	–	–	(236)
Saldos em 31/12/2015 (b)	2.900.381	–	184.910	598	3.085.889
Aumento de capital (c) (d) (e) (f)	69.639	–	9.211	142	78.992
Ganho (perda) de capital (h) (i)	3.968	–	43	–	4.011
Compra e/ou (venda) de ações (h)	(1.008.890)	–	–	–	(1.008.890)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(93.902)	–	(24.910)	–	(118.812)
Equivalência patrimonial (a)	317.349	–	43.504	(95)	360.758
Variação cambial	–	–	–	(127)	(127)
Ajustes de avaliação patrimonial	40.648	–	3.633	–	44.281
Saldo em 31/12/2016 (b)	2.229.193	–	216.391	518	2.446.102

(a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário; (b) O saldo total de investimentos nas demonstrações financeiras contempla ainda o montante de R\$634 de imóveis destinados a renda e R\$92 (R\$329 em 2015) de investimentos avaliados pelo método do custo; (c) Em 29/02/2016, a Companhia aumentou o capital da SALIC no montante de R\$69.639, com a emissão de 8 novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$8.704.854,44 (reais) por ação. (d) Em 15/04/2015, a Companhia aumentou o capital da SALIC com crédito de juros sobre o capital próprio no montante de R\$31.443, respectivamente; Em 30/11/2016, a Companhia aumentou o capital da CIA. SAÚDE no montante de R\$9.211, com a emissão de 134.051 novas ações ordinárias e 47.029 novas ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$50,86 (reais) por ação. Em 30/09/2015, a Companhia aumentou o capital da CIA. SAÚDE com crédito de juros sobre o capital próprio no montante R\$4.503; (e) Em 30/11/2015, a Companhia aumentou o capital da SASG no montante de R\$44.863, sendo R\$42.726 através da cisão parcial do patrimônio da SALIC e R\$2.137 em dinheiro; (f) Em 02/02/2016, foi deliberado o aumento de capital da CIVAL, ocorrido em 2016, pela Companhia, em dinheiro, no montante R\$142 (R\$93 em 2015); (g) Em 28/12/2015, a Companhia concluiu a venda do investimento, conforme divulgado em 31/12/2015; (h) Em 31/08/2016, a Companhia recomprou ações de sua própria emissão, pertencentes à SASA, para manutenção em tesouraria, dando como pagamento parte de sua participação societária da SALIC. A operação foi realizada a valor contábil; (i) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da

continuação

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

(j) A Companhia possui influência significativa na CIA. SAÚDE, com representação no Conselho de Administração e participação nos processos decisórios. Por isso, mesmo detendo menos de 20% dos direitos de voto, este investimento é classificado como uma coligada. **10. Contas a pagar: 10.1. Obrigações a pagar:**

Descrição	2016	2015
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	79.900	110.500
Obrigações fiscais (nota 12)	7.619	6.964
Demais	590	571
Total	88.109	118.035
Circulante	80.490	111.071
Não circulante	7.619	6.964

10.2. Impostos e contribuições:

Descrição	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	—	2.285
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	—	937
COFINS a recolher	5.887	388
PIS a recolher	1.278	83
ISS a recolher	142	1.061
INSS - parte empresa	202	208
FGTS	19	21
Outros	99	97
Total	7.627	5.080
Circulante	7.627	5.080

11. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2016	2015	2016	2015
Sul América S.A. (a) (e)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	—	—	79.900	110.981
Sul América Saúde Companhia de Seguros (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	19
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (e) (i)	Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	1.266	780
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	—	—	—	—
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (g) (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	190	235	—	—
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (e) (i)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	53.291	100.698	21	85
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Total			53.481	100.933	81.187	111.865

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2016	2015	2016	2015
Sul América S.A. (a) (e)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	—	—	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (e) (i)	Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	—	—
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	(1)	(10)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	—	—	(2)	(1)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (g) (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	7	15	(18)	(24)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (e) (i)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	—	—	(236)	(216)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	(745)	(732)
Total			7	15	(1.002)	(983)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente à taxa de gestão e administração correspondente a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados; (d) Valor referente a despesas com manutenção e comunicação entre as empresas do Grupo SulAmérica; (e) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (f) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e (i) Valor referente a rateio de despesas relativas a utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2016 e 2015, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP Recebidos		Dividendos e JCP Pagos	
	2016	2015	2016	2015
Sulamérica S.A. - SASA	—	—	157.200	95.130
Sul América Companhia Nacional de Seguros - SALIC	58.874	72.850	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde - Cia Saúde	13.683	10.639	—	—
Total	72.557	83.489	157.200	95.130

12. Depósitos judiciais, fiscais e obrigações fiscais: 12.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2016	2015
Tributárias:		
COFINS	389	364
PIS	—	3
Imposto de renda	8.635	7.995
Subtotal	9.028	8.362
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	171	175
Subtotal	171	175
Total	9.199	8.537
Não circulante	9.199	8.537

12.2. Movimentação das provisões para obrigações fiscais: Em 31/12/2016 e 2015, as obrigações fiscais estão registradas em "Contas a pagar – obrigações a pagar," no passivo não circulante.

Descrição	Saldos em		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em	
	01/01/2015	Adições			31/12/2015	2015
Tributárias:						
PIS	3	—	—	—	—	3
COFINS	340	—	24	—	—	364
Imposto de renda	6.076	—	432	—	—	6.508
Outros	113	—	5	(29)	—	89
Total	6.532	—	461	(29)	—	6.964
Não circulante						6.964

Descrição	Saldos em		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em	
	31/12/2015	Adições			31/12/2016	2016
Tributárias:						
PIS	3	—	—	—	—	3
COFINS	364	—	25	—	—	389
Imposto de renda	6.508	—	624	—	—	7.132
Outros	89	—	6	—	—	95
Total	6.964	—	655	—	—	7.619
Não circulante	6.964					7.619

13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social da Companhia, em 31/12/2016, é de R\$1.701.704 (R\$1.504.006 em 2015), representado por 2.776 (3.989 em 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Adicionalmente, em 31/12/2016, a Companhia possui 1.213 ações ordinárias em tesouraria. Em 29/04/2016, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$197.698, sem emissão de ações, mediante a capitalização do excesso das reservas de

lucros, para fins de enquadramento no disposto no art. 199 da Lei 6.404/76. Em 31/08/2016 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a recompra de 1.213 ações ordinárias de emissão da própria Companhia de propriedade da acionista Sul América S.A., sem redução do capital social e para manutenção em tesouraria. 13.2. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 13.3. Reserva estatutária: A reserva para investimento é uma reserva de lucro constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia, observando o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001. Uma vez atingido o limite estabelecido, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar; ou para distribuição de dividendos aos acionistas. 13.4. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 13.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 29/04/2016, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$12.924 que, somados aos dividendos obrigatórios declarados de R\$125.664 em 31/12/2015, totalizou o montante de R\$138.588, ao qual foram imputados os dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados em 11/05/2015, 30/09/2015, 27/11/2015 e 09/11/2015, ratificados pela Assembleia. Em 31/03/2016 a Diretoria aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante do valor bruto de R\$20.000, à razão de R\$5.013,78 por ação, cujo pagamento aos acionistas foi antecipado para o dia 09/12/2016, conforme reunião realizada na mesma data. Em 11/04/2016 a Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$19.000, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 31/03/2016, à razão de R\$4.763,09 por ação, pago aos acionistas em 15/04/2016. Em 11/05/2016 a Diretoria aprovou, conforme ratificado em 10/08/2016, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$10.700, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 29/04/2016, à razão de R\$2.682,42 por ação, pago aos acionistas em 13/05/2016. Em 19/12/2016 a Diretoria aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante valor bruto de R\$94.000, à razão de R\$33.861,67 por ação, a ser pago aos acionistas a partir de 18/04/2017. 13.6. Distribuição do resultado: Em 31/12/2016 e 2015, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Lucro antes dos impostos e contribuições	379.208	533.014
(-) Impostos e contribuições	(998)	(9.747)
(-) Participações	(236)	—
Lucro líquido do exercício	377.974	523.267
(+) Distribuição efeito da reversão da combinação (nota 2.2) e outros ajustes	—	5.843
Lucro líquido após ajustes	377.974	529.110
Constituição da reserva legal (5%)	(18.899)	(26.456)
Lucro líquido ajustado	359.075	502.654
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	89.769	125.664
(-) dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	29.700	10.914
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	60.069	114.750
(-) Juros sobre capital próprio líquido não imputados nos dividendos obrigatórios	36.831	—
Bruto	114.000	135.000
Imposto de renda	(17.100)	(20.250)
Saldos dos dividendos obrigatórios	—	—
Dividendos adicionais antecipados	—	12.924
Total dos dividendos propostos	—	12.924
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	215.375	343.816

14. Detalhamento das contas do resultado: 14.1. Receita líquida:

Descrição	2016	2015
Receitas:	44.408	51.637
Segmento de seguros	43.327	40.234
Assistência 24 horas	1.081	11.403
Impostos sobre receita	(6.384)	(7.433)
PIS/COFINS	(4.139)	(4.780)
ISS	(2.244)	(2.644)
INSS	(1)	(9)
Total	38.024	44.204

14.2. Despesas administrativas:

Descrição	2016	2015
Pessoal próprio	(4.952)	(5.525)
Participações no resultado	(236)	(173)
Serviços de terceiros	(1.143)	(1.728)
Localização e funcionamento	(1.814)	(2.255)
Publicidade e propaganda	(3.750)	(6.437)
Outras	(579)	(720)
Total	(12.474)	(16.838)

14.3. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2016	2015
Títulos e valores mobiliários	2.997	1.752
Valor justo por meio do resultado	2.846	1.197
Disponível para venda	151	555
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	—	—
Tributos a compensar	31	181
Outros	220	281
Total	702	271
Total	3.950	2.485

14.3.1. Receitas financeiras:

Descrição	2016	2015
Valorização de cotas de fundos de investimentos	2.860	1.218
Títulos de renda fixa - privados	—	487
Títulos de renda fixa - públicos	151	69
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	680	792
Tributos a compensar	220	281
Outras	720	296
Total	4.631	3.143

14.3.2. Despesas financeiras:

Descrição	2016	2015
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(14)	(22)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	—	—
Outras	(649)	(611)
Total	(681)	(658)

15. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	379.208	379.208	533.014	533.014
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(94.802)	(34.129)	(133.254)	(47.971)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(164)	(59)	(108)	(39)
Despesas não dedutíveis	(39)	(14)	(92)	(33)
Subtotal	(203)	(73)	(200)	(72)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	90.189	32.468	124.596	44.855
Atualização de depósitos judiciais	166	60	155	56
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	61	22	34	12
Juros s/ capital próprio	3.812	1.372	1.030	371
Outras	33	(11)	358	20
Subtotal	94.261	33.911	126.173	45.314
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	242	87	2.274	819
Subtotal	242	87	2.274	819
Redução de incentivos fiscais	43	—	373	—
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(459)	(204)	(4.634)	(1.910)
Diferidos:				
Constituição de crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(243)	(87)	(2.274)	(819)
Reversão de crédito tributário sobre diferenças temporárias	162	58	74	27
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(165)	(60)	(155)	(56)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(246)	(89)	(2.355)	(848)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(705)	(293)	(6.989)	(2.758)
Alíquota efetiva	0,19%	0,08%	1,31%	0,52%
Alíquota efetiva combinada		0,27%		1,83%

Diretoria: Gabriel Portella Fagundes Filho - Diretor-Presidente; Arthur Farme d'Amoed Neto - Diretor Vice-Presidente; Marco Antonio Antunes da Silva - Diretor Vice-Presidente; Carlos Alberto Figueiredo Trindade Filho - Diretor; Laenio Pereira dos Santos - Diretor; Patrícia Quirico Coimbra - Diretora. Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Saepar Serviços e Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saepar Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até